

INFORMATIVO - POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA

Edição nº 021 - 27 de setembro de 2012

A DIFÍCIL E NECESSÁRIA DEFESA DA POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA

O discurso de abertura da 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas, proferido pela presidente da República, Dilma Rousseff, nesta terça-feira (25/09) pode, resumidamente, ser traduzido em uma defesa da atual política comercial brasileira. Na ordem do discurso, a crítica à política monetária levada a cabo pelos países desenvolvidos só veio depois dos agradecimentos iniciais. Logo em seguida, Dilma disse ser inaceitável que medidas legítimas de defesa comercial sejam classificadas como protecionismo. Menções ao Oriente Médio, à necessidade de reforma do Conselho de Segurança, à Rio+20, e até mesmo apelos ao Fundo Monetário Internacional (FMI) ou ao Banco Mundial ficaram para o meio ou para o fim do discurso.

A fala da presidente demonstra de forma clara a permanência de duas grandes preocupações do Governo: (1) os chamados “tsunamis monetários” dos países desenvolvidos - expansões monetárias empreendidas pelos Bancos Centrais; e (2) a necessidade de defender a atual política de aumento seletivo de alguns impostos, que tem sido crucial para importantes setores da indústria. As duas são difícil defesa.

A começar pela primeira, é grande a dificuldade política do Brasil em manter o discurso contra o tal “tsunami monetário” ou afrouxamento monetário dos países centrais. Isso porque as recentes injeções monetárias feitas pelos Bancos Centrais de países como os Estados Unidos, Japão, além daqueles pertencentes ao bloco da União Europeia, têm de fato demonstrado resultados positivos na reativação da economia. De acordo com relatório divulgado no Reino Unido, essas “expansões monetárias” ajudarão diretamente o PIB britânico a crescer entre 1,5% e 2% este ano, algo economicamente significativo. E, embora a crise internacional persista, até os economistas mais ortodoxos comemoram as benesses da prática, apesar de seus reveses externos.

E entre esses reveses externos está justamente a desvalorização das moedas, o que estimula as importações e dificulta as exportações brasileiras. O discurso da Dilma é uma tentativa política de poupar os recorrentes esforços do Banco Central do Brasil (BACEN) em manter as principais moedas em valores razoáveis. A posição da presidente, apesar de compreensível, parece ter tido pouco eco no sistema internacional até o momento, o que nos leva a crer que o BACEN continuará em sua forte atuação no mercado cambial e no controle do fluxo de capitais, mas sem o auxílio do FMI, do Banco Mundial ou da Organização Mundial do Comércio (OMC), que ainda interpreta a medida como somente monetária e não comercial, portanto fora de sua alçada.

A segunda posição defendida no discurso oficial de Dilma foi a da legitimidade das iniciativas de defesa comercial por parte dos países em desenvolvimento que, segundo ela, não podem ser “injustamente classificadas como protecionismo”. A referência da presidente foi a recente carta do representante do Comércio Exterior dos Estados Unidos, o embaixador Ron Kirk, na qual critica a decisão pela elevação temporária do Imposto de Importação incidente sobre uma lista de cem produtos, aprovada pela Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) na primeira semana de setembro. Somadas a essa, outras medidas brasileiras também são questionadas internacionalmente, como o aumento na tributação sobre veículos que não atinjam cotas de fabricação nacional, e a desoneração de produtos que sigam determinado processo produtivo - o que é visto por alguns como subsídios não legítimos.

Distinguir todas essas proteções de protecionismos não é uma missão fácil, mas deve ser enfrentada no esforço em promover a sobrevivência e desenvolvimento da indústria brasileira. Conta a nosso favor principalmente a legalidade dessas medidas perante a OMC. Porém, alegar que nossos aumentos tributários ainda não atingiram o teto estabelecido pela Organização - o que, ressalte-se, é verdade - não retira a validade do argumento internacional de que essa postura contribui para o aumento de medidas protecionistas pelo mundo afora.

E essa corrida pelo protecionismo, seja de que forma for, afeta também o Brasil. Exemplo disso é a Argentina, com quem o Brasil já acumula uma redução de 24% nas exportações ao país desde agosto de 2011, segundo dados divulgados essa semana pelo Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC), da Argentina.

Porém, há bons exemplos brasileiros e que, além de somar pontos políticos a favor, também mantêm o país em uma situação econômica significativamente mais favorável em contexto internacional. Destacam-se dois: (1) a intensificação da negociação de acordos comerciais e de sua transparência por meio de consultas públicas, como a negociação União Europeia-Mercosul, com o Brasil à frente do restante do bloco na iniciativa; e (2) o fortalecimento e aprimoramento dos processos para aplicação de medidas antidumping, com o Governo atingindo o número recorde de 47 processos em andamento, frente a vinte em 2011, e quarenta em 2010.

É, de fato, difícil defender a política comercial brasileira como sendo diferente das demais e, portanto, mais justificável. No fim, todas as economias estão se defendendo como podem, ou como lhes é permitido defender. Todavia, o Brasil deve proteger sua indústria nacional, que é diferente dos países desenvolvidos, e acerta quando aponta a clara a necessidade de aprimoramento dos mecanismos internacionais de controle da “guerra cambial”, quando se protege contra o barateamento artificial de produtos, e quando preocupa-se em investir e resolver questões centrais internamente, como infraestrutura e a carga tributária.

DESTAQUES

CONSULTAS PÚBLICAS SOBRE ACORDOS MERCOSUL-EU E MERCOSUL-CANADÁ

A Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) abriu o processo de Consulta Pública, pelo prazo de 60 dias, para a atualização do posicionamento do setor privado brasileiro quanto às negociações de um acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia. Dessa forma, as associações e entidades representativas do setor privado poderão se manifestar e indicar os códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) dos produtos representados e o prazo máximo necessário para a desgravação tarifária, com justificativa que embase o posicionamento.

Além disso, a SECEX também abriu uma Consulta Pública para obter informações junto ao setor privado brasileiro sobre o interesse em eventual início de negociações de um acordo de livre comércio entre Mercosul e o Canadá. Neste processo, que também tem um prazo de sessenta dias, as entidades e associações poderão indicar interesses ofensivos e defensivos sobre as negociações. As Consultas foram formalizadas mediante publicação, no Diário oficial da União, das Circulares 0044 e 0045/2012, respectivamente.

MDIC RECEBE COMITIVA DE AUTORIDADES DE ILLINOIS

A Secretária de Comércio Exterior, Tatiana Lacerda, recebeu em audiência uma delegação de autoridades e empresários do estado norte-americano de Illinois, chefiada pelo governador de Illinois, Pat Quinn. Durante a reunião, o governador norte-americano manifestou interesse em intensificar as relações comerciais com o Brasil, especialmente nas áreas de educação, infraestrutura e biotecnologia.

A secretária brasileira, por sua vez, apresentou dados sobre as exportações do país para os Estados Unidos (EUA), destacando o potencial de aumentar as vendas para o estado americano de partes e acessórios para veículos, de máquinas e equipamentos de terraplanagem, e de produtos siderúrgicos, além de outros. Na ocasião, as autoridades dos dois países debateram também a possibilidade de ampliar a parceria com o governo americano no âmbito do Programa Ciência Sem Fronteiras (CsF).

SECEX DIVULGA SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ACORDOS COMERCIAIS

A Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) divulgou o sistema de Consulta aos Acordos de Preferência Tarifária (CAPTA). Segundo o MDIC, a nova ferramenta visa dar conhecimento sobre as preferências tarifárias que o Brasil recebe ou concede nos acordos comerciais. Com isso, o CAPTA se junta aos demais sistemas já disponibilizados pelo MDIC para acompanhamento de informações sobre comércio exterior, como o AliceWeb, o Radar Comercial e o Vitrine do Exportador.

MÉXICO QUER INTENSIFICAR RELAÇÕES COMERCIAIS COM BRASIL

No último dia 20 de setembro, a presidente da República, Dilma Rousseff recebeu a visita oficial do presidente do México, Enrique Peña Nieto. No encontro, o novo presidente mexicano destacou que deseja alcançar uma maior integração com o Brasil, principalmente no que concerne às relações comerciais bilaterais entre os dois países.

O presidente do México também defendeu a revisão dos limites de importação de veículos produzidos em seu país. Atualmente o acordo bilateral, firmado em 2002, permite a não incidência de Imposto de Importação sobre a venda de carros mexicanos ao Brasil. Uma revisão do acordo, feita em março deste ano, estabeleceu que a isenção é válida apenas até o teto de US\$ 1,45 bilhão em veículos importados. A proposta do governo mexicano agora é reavaliar esta cota.

OMC PREVÊ REDUÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

A Organização Mundial do Comércio (OMC) divulgou que a meta de crescimento econômico global para 2012 e 2013 deve apresentar uma tendência de redução. Segundo estudo elaborado pela Organização, para o ano de 2012 há a tendência de uma expansão média de 2,5%, em detrimento da meta prevista que era 3,7%. Já para 2013, a estimativa de crescimento econômico é de 4,5%, sendo que a meta era 5,6%.

O estudo também destaca que as exportações devem sofrer uma queda. A Organização prevê um crescimento de 1,5% das exportações, ao longo deste ano, ante a estimativa de 2%. O cálculo é que a expansão será maior entre os países em desenvolvimento, registrando 5,6%, em média, e menor nos desenvolvidos, que devem registrar aumento médio de 3,5%. De acordo com a OMC, a tendência de redução do crescimento deve-se principalmente aos reflexos da crise econômica internacional.

BRASIL MANTÉM DEPENDÊNCIA DA CHINA

A Associação de Comércio Exterior do Brasil divulgou levantamento sobre o comércio exterior do país que indica que, apesar da retração das exportações de commodities, à China continua sendo o principal parceiro internacional do Brasil. Isoladamente, o superávit do Brasil no comércio com a China, de US\$ 6,98 bilhões, equivale a mais da metade de todo o saldo comercial brasileiro no período.

A secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres, confirmou que a participação chinesa é elevada e que não convém a nenhum país no mundo permitir tal concentração em um único parceiro. No entanto, ela não considera “especialmente preocupante” o peso chinês sobre a pauta de exportações. O que se vê no Brasil se repete em outros países e reflete o papel cada vez maior da China no comércio global, argumenta a secretária.

RADAR LEGISLATIVO

POLÍTICA EXTERNA EM DEBATE

O ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, esteve na Câmara dos Deputados por duas vezes durante o mês de setembro. No primeiro encontro, a autoridade resumiu as atividades da pasta ao longo de 2012 e citou, como exemplo, a atuação em conflitos no Oriente Médio. O ministro defendeu o crescimento da relevância do Brasil no cenário internacional, evidenciada, por exemplo pelo aumento de visitas de outros países: em menos de dois anos de governo, a presidente Dilma Rousseff recebeu 34 chefes de Estado, e o Itamaraty, 57 chanceleres estrangeiros.

Nessa oportunidade, também foi abordada a questão concernente a entrada da Venezuela no Mercosul e a suspensão do Paraguai do bloco. Vários deputados mas se posicionaram contra a forma como todo o processo ocorreu. Nesse sentido, o deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) defendeu que com a regularização da situação do Paraguai e seu posterior reingresso junto ao Mercosul, já com a Venezuela como membro do bloco, será criada uma tensão desnecessária com o Paraguai. O ministro defendeu que não haverá qualquer tensão, uma vez que decisão foi tomada de maneira consensual entre os membros que não estavam suspensos, ou sejam Brasil, Argentina e Uruguai. O ministro acrescentou que o retorno do Paraguai ao bloco e uma possível reavaliação da entrada da Venezuela estão sendo analisados por representantes do Mercosul e da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), formada pelos doze países da América do Sul.

Já no final do mês, em seminário promovido pela Comissão de Relações Exteriores sob o título “Os desafios da política externa brasileira em um mundo em transição”, o ministro destacou as consequências e desafios da entrada de produtos chineses no Mercosul. Outros assuntos tratados nesse evento foram: investimento no setor de minério e na indústria de defesa; intercâmbio comercial com a África; necessidade de aprofundar a integração sul-americana; crise do sistema financeiro mundial; energias renováveis, dentre outros.

PLANO DE NEGÓCIOS DA PETROBRÁS

A presidente da Petrobrás, Maria das Graças Silva Foster, também compareceu por duas vezes no Congresso Nacional. Em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicas (CAE), a autoridade foi convidada para apresentar o Plano de Negócios da Empresa para 2012-2016. A presidente defendeu o incremento da produção de etanol como resposta ao aumento da demanda por combustível no país, pois seria a solução mais simples para enfrentar uma eventual escassez na oferta de gasolina do que ampliar a produção desse combustível, diante do crescimento do consumo. Graça Foster também afirmou que o esforço da Petrobras em investimentos se concentrará na convergência e não na paridade exata de preços na venda de combustíveis.

Na semana posterior, a autoridade voltou em audiência conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) e de Minas e Energia (CME), na qual tratou sobre o Plano de Negócios da Petrobras e o andamento das operações do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e das refinarias no Nordeste. Foster destacou para os deputados e demais participantes da audiência que o Comperj é o maior investimento da Petrobras no momento e o retorno gerado por este projeto será correspondente aos investimentos feitos. Sobre as refinarias Premium prevista para serem construídas no Maranhão e no Ceará, Graça Foster afirmou que as refinarias serão construídas com base em um mesmo projeto e que o país precisa destas refinarias. Sobre a expectativa da demanda por combustíveis no País, afirmou que a previsão é de crescimento de 4,5% ao ano entre 2011 e 2020, o que justifica a construção de novas refinarias.

AGENDAS

25/setembro-1º/outubro: **67ª Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova York, nos Estados Unidos.**

1º - 3/outubro: **129ª Reunião da Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), em Montevidéu, Uruguai.**

1º - 09/outubro: **50ª Sessão de Assembleias dos Países-Membro da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, na Suíça.**

4/outubro: **3º Fórum de Investimentos Estrangeiros em Infraestrutura, em Nova Iorque, nos Estados Unidos.**

9-14/outubro: **Assembleia Anual Conjunta do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Tóquio, no Japão.**